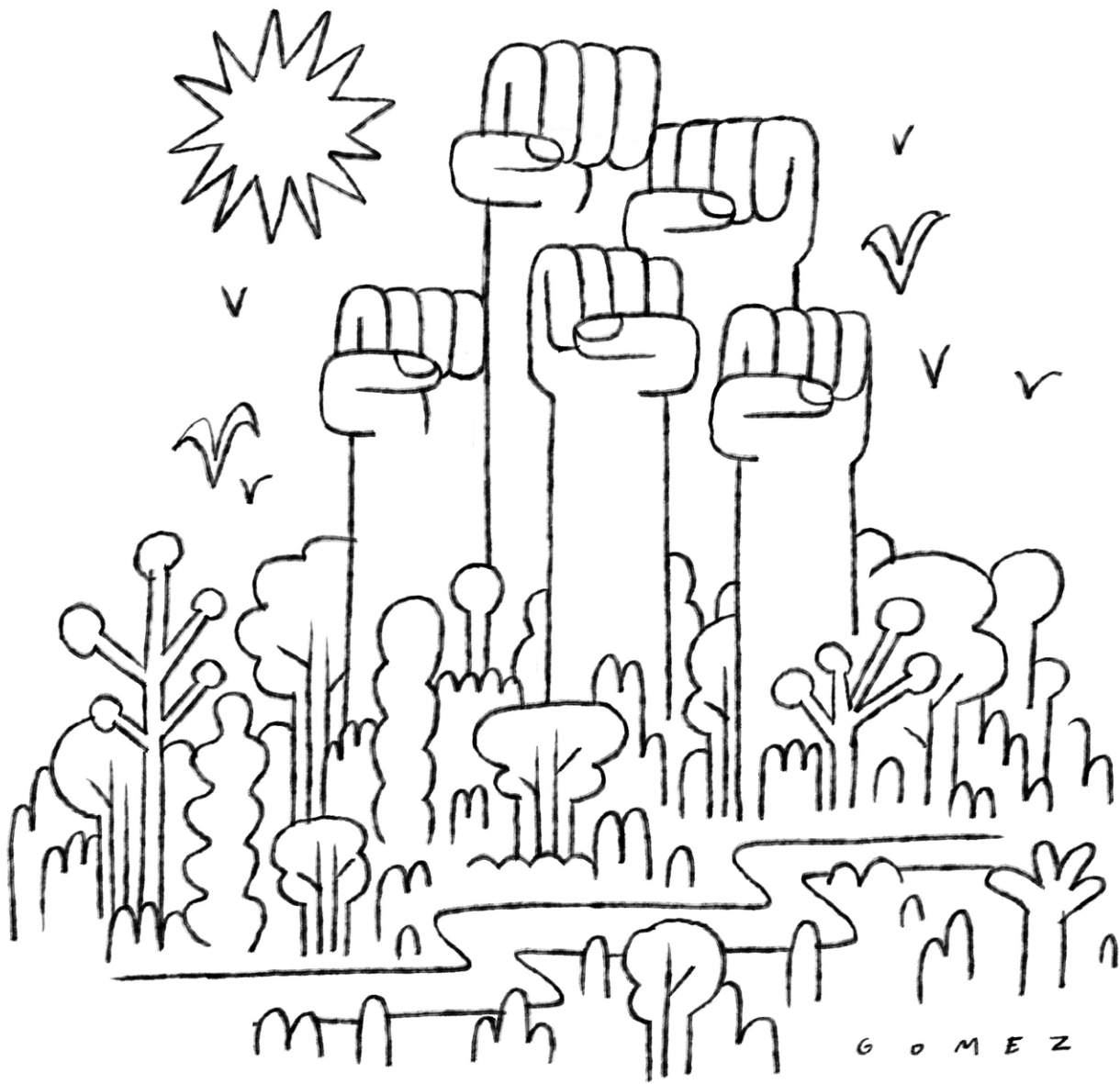


A luta de Dom e Bruno deve ser a luta de todos

» MERCEDES BUSTAMANTE

Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília



os alvos preferenciais em confrontos na região.

O discurso oficial de que a Amazônia é do Brasil é acompanhado do abandono de nossa soberania e da dilapidação dos patrimônios natural e cultural e da história milenar que pertencem a todos nós. Trocam direitos humanos, sabedoria e conhecimentos ancestrais, biodiversidade, regulação climática e hidrológica por devastação e brutalidade. Deixam cicatrizes visíveis e invisíveis.

As consequências já se manifestam nas avaliações sobre a perda de funções da floresta e sua menor resistência a outras pressões ambientais e na contaminação sem precedentes de populações humanas por mercúrio. As atividades predatórias e ilegais não geram riqueza, ao contrário, empobrecem o Brasil para as atuais e para as futuras gerações.

Dom e Bruno passam a integrar uma lista trágica de muitos que pagaram o alto custo da cizanda de interesses escusos, leniência política e negacionismo em que se transformou a atual gestão federal para o meio ambiente e os direitos indígenas na Amazônia. A população brasileira clama por respostas e justiça para todos eles. Clama também por governantes à altura do desafio e da responsabilidade de transformar a presente trajetória de degradação ambiental e moral em um caminho sustentável e socialmente justo para o país. A Amazônia é importante para o Brasil e para o mundo. Que a determinação de Dom e Bruno seja um exemplo de que, mais do nunca, é preciso importar-se e cuidar. Das pessoas e da natureza.

Texto endossado pela Coalizão Ciência e Sociedade

Brasil rumo a um país verde

» ANDERSON TORRES

Ministro da Justiça e Segurança Pública

» JOAQUIM LEITE

Ministro do Meio Ambiente

» PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Ministro da Defesa

Avançando por 49,29% do território brasileiro, a Amazônia está no foco das atenções no que diz respeito às questões ambientais. Maior floresta tropical do mundo, ela abriga o maior bioma do planeta, com cerca de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves. Para proteger a Amazônia e outros biomas brasileiros, o governo federal implantou a Operação Guardiões do Bioma, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a participação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa.

Focado em combater o desmatamento ilegal nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia, o Guardiões do Bioma conta em 2022 com investimentos da ordem de R\$ 170 milhões e integra, de forma inédita, diversos órgãos em suas operações, entre eles a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Fundação Nacional do Índio (Funai), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), além de órgãos de fiscalização como Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Lançada em julho de 2021, a Operação Guardiões do Bioma, que contou com mais de 6 mil profissionais, em apenas três meses combateu mais de 17 mil incêndios florestais em 11 estados dos biomas da Amazônia, cerrado e pantanal. Foram mais de 3.460 ações preventivas e cerca de 1.550 multas aplicadas. A operação apreendeu 135 maquinários e mais de 5,6 mil metros cúbicos de madeira, além de ter resgatado mil animais.

Para este ano, no combate ao desmatamento, serão instaladas seis bases que, amparadas por alertas emitidos pelo Censipam, terão condições de oferecer uma pronta resposta por meio de policiamento ostensivo e intensa fiscalização ambiental. As ações visam, ainda, identificar e responsabilizar os financiadores e mandantes de crimes ambientais, bem como descapitalizar as organizações criminosas envolvidas. A Operação Guardiões do Bioma representa apenas uma parte dos esforços do governo federal voltados à proteção do meio ambiente e ao fortalecimento de uma economia verde sustentável no país.

Em maio passado, o governo federal pôs fim a uma espera que se arrastava desde 2009 com a publicação do Decreto Nº 11.075, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A medida cria um inovador mercado regulado de carbono, com foco em exportação de créditos. Trata-se de um campo com altíssimo potencial de geração de recursos, visto que o Brasil tem amplas condições de se tornar um exportador de créditos de carbono.

Nosso país detém o maior uso de fontes renováveis do mundo. Enquanto no resto do planeta a média de uso dessas fontes — solar, eólica, hidrelétrica, geotérmica, biomassa etc. — é de 14%, no Brasil ela está em 46%. Dentro da matriz elétrica brasileira, por exemplo, as fontes hidráulicas ocupam 65,2% da produção. Outros 19,6% são provenientes de energia solar, eólica e biomassa. Ou seja: quase 85% de nossa matriz elétrica tem origem em fontes renováveis.

O Brasil também trabalha atualmente no desenvolvimento de um plano de hidrogênio verde, aquele produzido por meio de energia proveniente de processo que utilize fontes renováveis; na construção de uma política automobilística sustentável e no desenvolvimento de um modelo de eólica offshore, fonte de energia limpa e renovável que utiliza a força do vento que sopra em alto-mar.

Com quase 17 mil quilômetros de fronteiras e 8 mil quilômetros de litoral, o Brasil é um gigante territorial. Isso se reflete em sua vocação para estar posicionado entre os líderes globais em temas ligados às questões ambientais. As ações em curso são revolucionárias e caminhamos em direção a um país sustentável e limpo e amparado em um crescimento verde que será modelo para as demais nações.

A lição da Bolívia

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da UnB e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

No mesmo dia em que o ministro da Defesa mandou carta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a arrogância usual de pessoas armadas, insinuando desconfiança quanto à transparência do processo eleitoral, a democracia boliviana condenou sua ex-presidente a 10 anos de prisão, por ter contestado os resultados eleitorais que reelegera o presidente Evo Morales. As pessoas mais velhas lembram que a Bolívia era símbolo da “democracia de banana”: seus presidentes constantemente destituídos e substituídos por militares ou civis. Houve ano com mais de um presidente no espaço de poucos meses. Até que a Bolívia fez sua redemocratização e elegeu o primeiro presidente em 1982. A partir de então, todos os resultados eram respeitados.

O rigor democrático só ficou sob suspeição quando a eleição de Evo Morales foi contestada devido a uma vantagem mínima sobre seu opositor. Vale lembrar que Morales fez a primeira interferência dentro do marco legal ao induzir a reforma da Constituição que lhe permitiu reeleições sucessivas, cujos resultados apertados levaram ao golpe dado pela presidente do Congresso, sucessora legal, agora condenada a 10 anos de prisão, como golpista.

Enquanto isso, no Brasil, temos um presidente que, prevendo sua derrota, se prepara, com roteiro pronto meses antes, para dar um golpe e continuar no poder, mesmo depois de derrotado. Sua arrogância e estupidez permitem alertar para o que está preparado: levantar suspeita sobre a apuração com urnas eletrônicas; ter a justificativa pronta

para alegar que houve fraude. A partir daí, pode usar diversos caminhos, um deles seria mobilizar os congressistas, inclusive os que também foram derrotados, para reconhecerem fraude e prorrogarem todos os mandatos de deputados, senadores, governadores, presidente até 2024. Hoje, isso ainda é uma ficção, fantasia, tanto quanto seria imaginar a tentativa de golpe do Trump.

Não seriam disparados tiros, o Congresso funcionaria com a maioria do centrão e outras forças, tudo isso garantido pelas Forças Armadas, cuja tradição se presta a esse tipo de intervenção. Faz parte da formação de muitos dos nossos militares separar patriotismo de democracia e não ter pelos civis o respeito de cidadãos do mesmo nível.

Por isso, a lição da Bolívia é tão importante ao condenar a ex-presidente Jeanine Anès. Também a lição que vem do Congresso americano, que apura a tentativa de golpe por Trump, em janeiro do ano passado. Golpe que serve de receituário para Bolsonaro. Com a diferença de que nossas Forças Armadas não têm a tradição democrática e respeitosa das instituições e do poder civil que têm as dos Estados Unidos. O presidente, os comandantes militares e parlamentares civis precisam perceber que desta vez não haverá anistia para os crimes de desobediência à ordem democrática. Eles terminarão presos, talvez anos depois do golpe, mas certamente não haverá esquecimento.

O livro *Por que falhamos: O Brasil de 1992 a 2018* coloca a falta de julgamento dos crimes contra a democracia e a liberdade, em 1964, como uma das

causas de o Bolsonaro ter sido eleito por 56 milhões de eleitores. Votos que ele realmente teve, sem fraudes, mas que não teria se os crimes da ditadura tivessem sido julgados. Os democratas brasileiros também precisam considerar que o presidente, seus ministros e as Forças Armadas estão avisando o que vão fazer: denunciar fraude e não reconhecer a derrota do Bolsonaro.

Por isso, desde já, os democratas devem agir com a única arma que têm: o apoio da população ao trabalho do TSE com as respeitadas urnas eletrônicas, apurando a vontade manifestada pelo povo, no voto. Explicitar esse apoio democrata transformando a eleição em um plebiscito do tipo feito no Chile, décadas atrás, para acabar com o regime militar de Pinochet. Todas as forças políticas chilenas, apesar de suas divergências, estiveram unidas pelo “NO” à continuação do golpe militar.

No Brasil, agora não é momento para divisão no primeiro turno, mas para uma vitória acachapante contra a minoria que está ao lado do golpe. Fazendo as urnas silenciarem as armas, não importa o que pense, o que sinta e o que ordene o ministro da Defesa. Ele tem direito a um voto, reconhecido pelas regras, com o mesmo valor de qualquer outro brasileiro com mais de 16 anos. A força dessa unidade é a melhor defesa da vontade democrata contra a força dos autoritários, dos quais, temos de reconhecer, temos recebido sucessivos alertas, com a sinceridade dos arrogantes e dos despuddorados portadores de armas diante de desarmados acovardados.